

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

### 1 – LEIS

### 2 – ATAS

2.1 – 35ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Associação Mineira de Reabilitação – AMR – pelos 61 anos de sua fundação

2.2 – Comissões

### 3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

### 4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissão

### 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 – ASSEMBLEIA CULTURAL

### 7 – ERRATAS



## LEIS

### LEI Nº 25.526, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025

Declara de utilidade pública o Instituto Teacolho, com sede no Município de Cambuí.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Teacolho, com sede no Município de Cambuí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### LEI Nº 25.527, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Voo Azul Autismo, com sede no Município de Belo Horizonte.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Voo Azul Autismo, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **LEI Nº 25.528, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025**

Declara de utilidade pública a Associação de Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Santa Rita de Caldas – Assosan –, com sede no Município de Santa Rita de Caldas.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Santa Rita de Caldas – Assosan –, com sede no Município de Santa Rita de Caldas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **LEI Nº 25.529, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025**

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Social Comunitário Crescer, com sede no Município de Montes Claros.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Social Comunitário Crescer, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.530, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025**

Declara de utilidade pública o Instituto Mineiro de Prevenção e Reabilitação Andrade Batista, com sede no Município de Muriaé.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Mineiro de Prevenção e Reabilitação Andrade Batista, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.531, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025**

Declara de utilidade pública a Associação de Pesca Esportiva Ituramafish, com sede no Município de Iturama.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pesca Esportiva Ituramafish, com sede no Município de Iturama.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.532, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Cerrado – Ascer –, com sede no Município de Desterro de Entre Rios.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Cerrado – Ascer –, com sede no Município de Desterro de Entre Rios.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **LEI Nº 25.533, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025**

Declara de utilidade pública a entidade Filarmônica 14 de Maio, com sede no Município de Passos.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Filarmônica 14 de Maio, com sede no Município de Passos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



**ATAS**

### **ATA DA 35ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/10/2025**

#### **Presidência do Deputado Tadeu Leite**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Sérgio Roberto Belisário – Palavras do Presidente – Encerramento.

#### **Comparecimento**

– Comparece o deputado:

Tadeu Leite.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 10h4min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Desejo muito bom dia a todas e todos. Sejam bem-vindos à Assembleia de Minas Gerais, onde nós vamos ter a honra e a oportunidade de homenagear, nesta importante manhã de sexta-feira, a nossa Associação Mineira de Reabilitação.

#### **Atas**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Mineira de Reabilitação – AMR – pelos 61 anos de sua fundação.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Sérgio Roberto Belisário, presidente da AMR; e Fernando Furtado de Paula Ferreira, presidente do Conselho Deliberativo da AMR; a Exma. Sra. Márcia Castro, filha do fundador da AMR, Márcio de Castro; o Exmo. Sr. Alberto Mendes, filho do fundador da AMR, José Mendes Júnior; e a Exma. Sra. Patrícia Gonçalves de Souza, voluntária da AMR.

### **Registro de Presença**

O locutor – Registramos e agradecemos a presença do Sr. Toshiro Takenaka, inspetor de polícia e coordenador do setor de fisioterapia do Hospital da Polícia Civil de Minas Gerais, e das Sras. Ágata Meireles dos Reis Carmo e Ester Gabriele Lélis de Oliveira, assistidas pela AMR. Agradecemos também a todos os voluntários e os funcionários da AMR, bem como aos demais convidados que acompanham esta solenidade de forma presencial, pela nossa TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Convidamos todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor – Vamos assistir agora a um vídeo sobre a Associação Mineira de Reabilitação – AMR.

– Procede-se à exibição do vídeo.

### **Entrega de Placa**

O locutor – O deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fará agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Sérgio Roberto Belisário, presidente da Associação Mineira de Reabilitação – AMR. A placa contém os seguintes dizeres: “Fundada em 1964 por um grupo de pais de crianças com paralisia cerebral, a Associação Mineira de Reabilitação – AMR – transcendeu seu propósito inicial para se tornar uma referência nacional e internacional no atendimento de crianças e adolescentes com deficiência física e em vulnerabilidade socioeconômica. Com uma abordagem inovadora centrada na dignidade e no potencial de cada indivíduo, a instituição filantrópica conta com uma dedicada equipe multidisciplinar e o apoio incansável de voluntários e parceiros. Considerada a melhor ONG de saúde do Brasil em 2022, a entidade possui o Selo Doar A+, certificação que atesta o profissionalismo e a transferência em organizações não governamentais brasileiras. Ao completar 16 um anos de existência, a AMR recebe o reconhecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por seu relevante papel na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.”.

– Procede-se à entrega da placa.

### **Palavras do Sr. Sérgio Roberto Belisário**

Bom dia, senhoras e senhores. Exmo. Deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; demais parlamentares; autoridades presentes; parceiros e amigos da MR, em nome da Associação Mineira de Reabilitação – AMR –, recebo com profunda gratidão esta homenagem pelos 61 anos da AMR, uma distinção que muito nos orgulha e que reconhece mais de seis décadas de dedicação à inclusão, à reabilitação e à transformação de vidas no nosso estado.

A AMR é fruto da união de pessoas que acreditam que todo cidadão merece ter acesso a oportunidades, dignidade e qualidade de vida. É uma instituição que nasceu do compromisso com o bem comum e que, ao longo da sua trajetória, tornou-se referência no atendimento e na reabilitação de crianças e adolescentes com deficiência física de origem neuromotora. Hoje realizamos mais de 55 mil atendimentos por ano em aproximadamente 20 especialidades de saúde, beneficiando cerca de 500 pacientes simultâneos entre 0 e 18 anos, presentes na instituição em média 3 vezes por semana e residentes em mais de 30 municípios do nosso Estado de Minas Gerais. A AMR também entrega em média 7.500 equipamentos ortopédicos anualmente, promovendo mobilidade, autonomia e inclusão. Neste ano, que ainda não se findou, já investimos R\$760.000,00 em cirurgias ortopédicas, fora os custos com pré-cirurgias e pós-cirurgias necessários a boa reabilitação. Asseguramos o cuidado completo e a continuidade do tratamento de cada paciente sempre que necessário. Os números representam muito mais do que dados estatísticos. São vidas transformadas, famílias acolhidas e histórias de superação que nos motivam diariamente.

Deputado Tadeu Leite, esse reconhecimento concedido por esta Casa Legislativa reforça o valor do trabalho filantrópico e a importância das parcerias entre o poder público e as instituições da sociedade civil. Ele também nos inspira a continuar avançando, inovando e ampliando o alcance dos nossos serviços. Em nome de toda a equipe da AMR – colaboradores, voluntários, parceiros e famílias atendidas –, agradecemos profundamente à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em especial ao presidente, deputado Tadeu Leite, a sensibilidade e a indicação que nos trouxe até este momento tão especial. Recebemos essa honraria com estímulo para seguir cumprindo a nossa missão de promover a inclusão e transformar vidas com o mesmo entusiasmo, a ética e o comprometimento, que sempre nos guiaram. Muito obrigado a todos.

### Palavras do Presidente

Mais uma vez, o meu bom-dia a todas e todos. Estou feliz de estar aqui, tendo a oportunidade e a honra de não só recebê-los, mas também a oportunidade de reconhecer, através do Parlamento mineiro, o trabalho fundamental que hoje a AMR faz nestes 61 anos de história. Quantas histórias não passaram por essa entidade? Quantas vidas não passaram por essa entidade? Por isso eu quero iniciar cumprimentando, de forma muito especial, todos aqueles que ajudam a nossa AMR a se transformar a cada dia e cada vez mais.

Início os meus cumprimentos pelo nosso presidente Sérgio Roberto. Parabéns pelo trabalho! Obviamente, através da sua pessoa, eu cumprimento todos aqueles que ajudam a fazer com que essa história aconteça cada dia e cada vez mais. Parabéns! Da mesma forma, cumprimento o presidente do Conselho Deliberativo da Associação Mineira de Reabilitação, Fernando Furtado. É muito bom recebê-lo aqui e saber o trabalho importante que é feito também através de V. Exa., à frente dessa entidade. Cumprimento ainda a Sra. Márcia Castro, filha do fundador Márcio de Castro. É muito bom recebê-la aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Da mesma forma, é uma honra receber, neste Plenário Juscelino Kubitschek, o filho do fundador José Mendes Júnior, Sr. Alberto Mendes. Cumprimento também a querida amiga Patrícia, também voluntária da AMR, e através dela, todos aqueles que ajudam, que são voluntários nesse projeto tão importante e que fazem esse trabalho espetacular. Nas pessoas da Ester e da Ágata, as duas crianças que aqui estão e são assistidas pela AMR, eu quero cumprimentar todas as crianças e todos os jovens que também transformaram as suas vidas através dessa entidade.

Hoje, sexta-feira pela manhã, é um dia em que os parlamentares, os deputados e as deputadas retornam para o interior para dar sequência aos seus trabalhos, mas trago o abraço dos 77 deputados e deputadas. Trago também o reconhecimento desta Casa e de todos os parlamentares do importante trabalho que vocês fazem.

Minhas senhoras e meus senhores, quando recebeu este nome, Vitória Miranda não fazia ideia do significado que ele carregaria. Atual número 1 do *ranking* juvenil mundial, com apenas 17 anos, ela já é considerada uma das maiores promessas do tênis em cadeira de rodas de todo o mundo. Isso é resultado, claro, da sua luta pessoal, mas sobretudo do acolhimento, do estímulo e da oportunidade que encontrou na Associação Mineira de Reabilitação, após o diagnóstico de uma condição rara que comprometeu sua

mobilidade desde o seu nascimento. E essa é apenas uma das vitórias alcançadas pela AMR. Por isso esta Casa, a Assembleia de Minas, faz hoje uma homenagem sincera e emocionada a essa entidade tão importante pelos seus 61 anos de uma trajetória marcada pela inclusão, pela solidariedade e pela transformação de vidas.

Falar da AMR é falar de superação, resiliência e fé no impossível. São milhares de histórias que foram reescritas ali todos os dias, com coragem, inovação e coração. São milhares de vidas que passam a enxergar o mundo com uma nova perspectiva. São janelas que se abrem para conquistar novos espaços e sonhar futuros possíveis. Com um trabalho exemplar, que alia ciência, acolhida e dedicação, essa instituição tem mostrado que a verdadeira reabilitação vai muito além do aspecto físico. Ela favorece a integração social, fortalece famílias e constrói uma sociedade mais humana e solidária. Mais do que a mobilidade ou a coordenação, ela devolve a autonomia e a dignidade às pessoas com deficiência. Prova disso é que essa associação se destacou, no ano passado, como já foi falado, entre as 100 melhores ONGs de todo o País, além de já ter recebido o título de melhor ONG de saúde do País. Nós, aqui na Assembleia, também já reconhecemos o valor dessa entidade com a outorga da Ordem do Mérito Legislativo, maior honraria desta Casa, há algumas semanas.

A AMR é uma das instituições que honram Minas Gerais. Ao longo de seis décadas, ela tem sido um refúgio de esperança, oferecendo não apenas tratamento médico, mas cuidado que também reabilita. Nos gestos de seus profissionais e de sua rede de voluntários, encontramos a inspiração e o verdadeiro sentido do serviço ao próximo, aquele que enxerga nas diferenças não o obstáculo, mas a força que nos move em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. Por todas essas razões, deixo aqui o meu reconhecimento a todos os profissionais, voluntários, diretores e apoiadores desse projeto, que ajudam a manter a entidade funcionando com excelência há todo esse tempo. É uma entidade que está em sintonia com os valores desta Casa, do Parlamento mineiro, pela importância que esta Casa também atribui à defesa das pessoas com deficiência e às iniciativas como essa, que contribuem para a promoção da cidadania e para o avanço social em todo o nosso estado.

Na pessoa do presidente Sérgio, querido amigo, cumprimentamos, de modo especial, as famílias e os pacientes da AMR, que nos mostram que a reabilitação não é apenas um caminho de cura. A reabilitação é um ato de amor – amor que devolve passos, sorrisos e sonhos e transforma limites em possibilidades. Como disse Carlos Drummond de Andrade: “Há muitas razões para duvidar e uma só para crer”. É desta fé que a Associação Mineira de Reabilitação se alimenta: a fé no ser humano, na força da solidariedade e na beleza de transformar vidas. Por isso que continuem o belo trabalho que fizeram e, tenho certeza, continuarão fazendo a favor de Minas Gerais e especialmente a favor das pessoas que mais precisam. Parabéns a todos! Viva a AMR!

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 14, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2025**

Às 14h18min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler e Lincoln Drummond (substituindo o deputado Eduardo Azevedo, por indicação da liderança do PL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (26/6/2025) e um ofício do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (29/8/2025).

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.574/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para instalação de base de segurança fixa no Bairro Jardim Alvorada, em Contagem;

nº 17.575/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados o secretário de Estado de Governo, a secretária de Estado de Planejamento e Gestão e o secretário de Estado de Fazenda, para debater a política remuneratória dos militares e dos servidores públicos civis da segurança pública do Estado.

A presidência suspende a reunião. Às 18h19min a reunião se encerra por decurso de prazo regimental.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Antonio Carlos Arantes – Zé Guilherme.

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/10/2025**

Às 15h7min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Thiago Cota e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Câmara Municipal de Ouro Fino (um ofício em 23/9/2025) e da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 1º/10/2025 e um ofício em 2/10/2025). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.308, no 1º turno, e 3.278/2025, em turno único (deputada Delegada Sheila); Projeto de Lei nº 1.713/2023, no 1º turno (deputado Rafael Martins); e Projetos de Lei nºs 3.792/2022, 2.487/2024 e 3.454/2025, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 165/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Thiago Cota, em virtude de redistribuição); do Projeto de Lei nº 1.941/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Celinho Sintrocel, em virtude de redistribuição); e do Projeto de Lei nº 3.891/2025 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Thiago Cota). São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 1.066/2015, no 1º turno, ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais; 3.792/2022, no 1º turno, à Prefeitura Municipal de São José do Alegre; e 3.454/2025, no 1º turno, à Prefeitura Municipal de Cascalho Rico. O Projeto de Lei nº 508/2019 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Celinho Sintrocel, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 17.676/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Operadora Vivo pedido de providências para solucionar as constantes quedas de sinal do serviço de telefonia celular registradas no Município de Montes Claros, o que tem causado prejuízos e transtornos à população e ao comércio local. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2025.

Lucas Lasmar, presidente.

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/10/2025**

Às 15h23min, comparecem à reunião a deputada Chiara Biondini e os deputados Zé Guilherme, Enes Cândido, Antônio Carlos Arantes, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 4.222/2025 e pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Zé Guilherme). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2025.

Zé Guilherme, presidente – Enes Cândido – Antônio Carlos Arantes – Leonídio Bouças – Ulysses Gomes – Chiara Biondini.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/10/2025**

Às 16h3min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Antônio Carlos Arantes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projetos de Lei nº 2.477/2021 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Raul Belém). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 14.151/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.642/2025, da deputada Leninha e dos deputados Raul Belém e Gil Pereira, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a importância da implantação de usinas destinadas à microgeração e à minigeração de energia fotovoltaica e à absorção da energia gerada pelas concessionárias ou permissionárias de produção e de distribuição de energia elétrica no Estado;

nº 17.712/2025, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública no Município de São João del-Rei para debater a evolução do mercado e a importância do leite e dos derivados de tipo A2 para a agroindústria e os produtores do Estado;

nº 17.722/2025, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Raul Belém, Dr. Maurício e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa – pedido de providências para que sejam implementadas medidas de facilitação do acesso de produtores rurais do Estado e do País à negociação de dívidas provocadas por eventos climáticos extremos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2025.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025**

Às 10h5min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Zé Guilherme (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Jonas Rocha, vereador da Câmara Municipal de São Joaquim de Bicas, convidando esta comissão para participar de uma audiência pública a ser realizada no dia 9 de outubro de 2025, às 18 horas, no referido município. Comunica também o recebimento de um ofício da Polícia Civil de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 17/9/2025. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 14.202, 14.203, 14.205 e 14.206/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.579/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja destinado reforço de efetivo policial penal ao Presídio de Ubá;

nº 17.580/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja destinado reforço de efetivo à 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Conselheiro Lafaiete e ao Posto Avançado de Congonhas;

nº 17.581/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja destinado efetivo de policial penal ao Presídio de Conselheiro Lafaiete;

nº 17.582/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja designado efetivo policial às unidades da Polícia Civil no Município de Conselheiro Lafaiete, bem como para que seja criada a 4ª Central de Flagrantes do Estado na referida regional, medida indispensável para descentralizar e otimizar o atendimento, garantindo maior celeridade e condições adequadas para o exercício das funções da Polícia Civil na região;

nº 17.613/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que os policiais penais e os agentes de segurança socioeducativos sejam devidamente informados sobre os fatos geradores de descontos em sua folha de pagamento;

nº 17.614/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o reforço imediato do efetivo do pelotão da PMMG no Município de Tocantins, bem como para a destinação de duas novas viaturas para o policiamento local;

nº 17.615/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja destinado, com urgência, efetivo à Delegacia de Polícia Civil do Município de Tocantins;

nº 17.616/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que seja destinado reforço de efetivo de policiais penais ao Presídio de Rio Pomba;

nº 17.617/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que seja viabilizado um canal permanente de diálogo direto entre os diretores das unidades prisionais do Estado e o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, em formato virtual ou presencial;

nº 17.618/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reforço estrutural da Delegacia de Polícia Civil do Município de Rio Pomba;

nº 17.619/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de nova viatura e munições ao pelotão da Polícia Militar de Centralina;

nº 17.620/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a construção de um novo quartel para o destacamento da Polícia Militar do Município de Abadia dos Dourados, lembrando que o projeto de construção já foi aprovado pelo Departamento de Apoio Logístico, entretanto a obra ainda não foi iniciada;

nº 17.621/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura nova à unidade da PMMG de Tupaciguara;

nº 17.622/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura 4x4 semiblindada com cela, a substituição das pistolas Imbel por pistolas Glock e o aumento do efetivo policial no Município de Araporã;

nº 17.623/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para o exame da legalidade dos procedimentos de seleção de pessoal, especialmente do Edital nº 4/2024 do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de investigador de polícia I, integrante da série inicial da carreira, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 17.624/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura ao destacamento da PMMG no Município de Douradoquara e a substituição de três coletes à prova de balas vencidos na unidade;

nº 17.625/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura caminhonete 4x4, rádios portáteis HP e armamento tipo espingarda calibre 12 ao pelotão da PMMG no Município de Estrela do Sul, bem como para o aumento do efetivo policial do referido pelotão;

nº 17.626/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura tipo caminhonete 4x4 ao destacamento da Polícia Militar de Grupiara;

nº 17.627/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a substituição dos coletes à prova de balas vencidos e para o aumento do efetivo policial do pelotão da Polícia Militar de Canápolis;

nº 17.630/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura 4x4, tipo SUV, com cela, ao pelotão da Polícia Militar de Monte Alegre de Minas, que possui extensa zona rural e vias não pavimentadas, o que torna inviável o deslocamento eficiente com viaturas convencionais, especialmente durante o período chuvoso, quando as estradas se tornam intransitáveis;

nº 17.631/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a destinação de armamento tipo fuzil T4 e IA2 à Delegacia de Polícia Civil do Município de Tupaciguara;

nº 17.632/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o presidente do Conselho da Cedro Participações S.A., a fim de debater as ações do setor minerário no Município de São Joaquim de Bicas e dar transparência aos respectivos procedimentos, de modo a assegurar que a população local tenha conhecimento dos impactos e riscos das atividades de mineração nesse município;

nº 17.633/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a substituição dos fuzis calibre 5.56 por novos armamentos e para o aumento do efetivo policial do destacamento da PMMG do Município de Gurinhatã com vistas ao fortalecimento das ações de segurança pública e proteção da população local;

nº 17.638/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a substituição, no destacamento da PMMG do Município de Cachoeira Dourada, das pistolas Imbel calibre 40, atualmente em uso, por novas pistolas Glock calibre 9 mm, tendo em vista a necessidade de modernização do armamento utilizado pelos policiais militares que atuam no referido destacamento;

nº 17.639/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a substituição dos coletes à prova de balas atualmente em uso no destacamento da PMMG do Município de Ipiacu, tendo em vista que os equipamentos se encontram com o prazo de validade vencido;

nº 17.647/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a substituição dos coletes à prova de balas utilizados no subdestacamento da corporação no Município de Chaveslândia, tendo em vista que os equipamentos se encontram com o prazo de validade vencido;

nº 17.698/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – em São Tomé das Letras pedido de providências para intensificar o policiamento na área do Parque Municipal Antônio Rosa e seu entorno, tendo em vista denúncias da população de graves ocorrências e insegurança nesse local, apresentadas na audiência pública desta comissão, realizada em 17/9/2025;

nº 17.706/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe da Delegacia de Especializada de Homicídios de Contagem – DEH Contagem – pela competente investigação que culminou na prisão de Luis Filipe Verdiano Gomes, autor de um homicídio brutal que vitimou uma pessoa em situação de rua;

nº 17.707/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe da Coordenadoria de Recursos Especiais – Core – da Polícia Civil do Rio de Janeiro – PCRJ – composta pelos Srs. Fabrício Oliveira Pereira, delegado de polícia e chefe da Core-PCRJ; Leonardo Carneiro Magalhães, Luiz Claudio Scovino e César Vieira Passos, comissários de polícia; José Alexandre da Costa Modesto, Áureo César de Castro Brandenberger Júnior, Mauro Abud Filho, Edson Luis da Silva Emiliano, Marcos Alexandre Ferraz de Albuquerque e Marcus Rodrigo Genovez Bastos, inspetores de polícia; Renato Wagner Ladeira dos Anjos, oficial de cartório; e pelas Sras. Elaine Fernandes de Freitas e Vivian Pereira Visentin, inspetoras de polícia; e, postumamente, a José Antônio Lourenço Júnior, que foi morto em combate no Rio de Janeiro, em 19/5/2025, pela

brilhante atuação na investigação e captura dos responsáveis pelo homicídio de Larissa Stefany da Silva Rodrigues, garantindo justiça e reafirmando o compromisso com a segurança pública;

nº 17.708/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os seguintes integrantes do 19º Departamento de Polícia Civil – DEP-PC –, em Sete Lagoas: os Srs. Reinaldo Felício Lima, chefe do departamento; Victor Eustachio Rodrigues de Almeida Sá, escrivão de polícia; Gabriel Nascimento Yamada, perito criminal; Cleivton Cardovick Borges Canuto, investigador de polícia; Fernando de Oliveira Marinho, investigador de polícia; e Bruno Rezende Carvalho, escrivão de polícia; e as Sras. Fernanda Mara de Assis Costa, delegada de polícia; Emanuelle Gomes Mota, investigadora de polícia; Elisa Bebiano Pereira, investigadora de polícia; Kenya Tatyane Dias Marçal, investigadora de polícia; Helena Maria das Chagas, analista; Mary Lucy França da Mata Yamada, perita criminal; Carine Silva Ramos, técnico administrativo; Adryelle Roberta Lages Soares, estagiária; e Karoline Rocha de Oliveira, estagiária, pela incineração de 780 kg de drogas apreendidas pela polícia, o que representa um prejuízo financeiro direto para organizações criminosas e garante a não comercialização dessas substâncias, com proteção da saúde pública e redução da violência local associada ao tráfico;

nº 17.709/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Emerson Crispim de Moraes e Anderson Resende Kopke, delegados de polícia; Anderson Joubert Pena, subinspetor de polícia; William Silveira Nunes, Pedro Magnum Santos de Assis e Wellington de Carvalho Alves, investigadores de polícia; e Patrick Marcelo Araújo Silva Armani e Paulo Fernando Silveira Ribeiro, escrivães de polícia; e com as Sras. Amanda Rodrigues de Andrade Mulford Martins, investigadora de polícia; Lidmara Conceição dos Santos Rocha, chefe de cartório; e Cristiane Maria Alves de Lima Caetano, escrivã de polícia, da Delegacia Especializada de Homicídios – DEH – em Contagem, pela brilhante atuação na investigação e na captura dos responsáveis pelo homicídio de Larissa Stefany da Silva Rodrigues, garantindo justiça e reafirmando o compromisso da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – com a segurança pública;

nº 17.735/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Ten. PM Luiz Carlos Alves Barbosa, comandante do 6º Pelotão de Reserva e Vigilância – PRV –, em Almenara, seja imediatamente compelido a suspender as ordens de cumprimento de metas e produtividade estabelecidas no Programa de Incentivo à Produtividade – PIP –, uma vez que qualquer determinação que fixe número de apreensões ou abordagens contraria a autonomia e a avaliação técnica que devem nortear a atuação do policial militar em serviço, transformando a atividade policial em mera disputa por resultados;

nº 17.736/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a supressão do porte de arma de fogo dos policiais penais com deficiência aprovados no último concurso público (Edital Sejusp nº 2/2021), incluindo as justificativas técnicas para essa supressão, uma vez que as legislações pertinentes não estabelecem tal distinção; e

nº 17.738/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Ten. PM Luiz Carlos Alves Barbosa, comandante do 6º Pelotão de Reserva e Vigilância – PRV –, em Almenara, seja imediatamente orientado a cumprir o Memorando nº 30.078.2/2024 – EMPM, que dispõe sobre as comunicações oficiais no policiamento ostensivo da PMMG, e instruído a se abster do uso dos aparelhos celulares, aplicativos e pacotes de dados pessoais dos militares para fins de serviço; e sejam adotadas as medidas cabíveis para apurar eventual crime ou transgressão praticada pelo referido tenente.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA  
EM 14/10/2025, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 5.462/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os motivos pelos quais o Poder Executivo deixou de cumprir, no ano de 2023, as obrigações contidas na Lei nº 24.260, de 26/12/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.659/2024, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a observância do disposto na Lei nº 11.867, de 28/7/1995, que reserva percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas com deficiência, nos editais de inscrição, classificação e convocação temporária de candidatos ao exercício de funções do Quadro do Magistério da Rede Estadual de Ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.950/2025, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações de formação e capacitação profissional direcionadas às pessoas com deficiência, nos anos de 2022 a 2024, e seus resultados, bem como sobre as ações previstas para o ano de 2025, em complemento às solicitações feitas no Requerimento nº 4.190/2023, que foram parcialmente respondidas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.078/2025, do deputado Lincoln Drumond, em que requer seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, *Campus* Universitário Professor Darcy Ribeiro, pedido de informações sobre a possibilidade de se destinarem recursos para a instalação de uma unidade da Unimontes no Município de Jequitinhonha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.185/2025, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações consubstanciadas em documentos relativos ao processo de estadualização da BR-356, no trecho compreendido entre o entroncamento que dá acesso ao Município de Ouro Preto, na BR-040, região do Condomínio Alphaville, em Nova Lima, e o Município de Mariana. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.203/2025, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre o projeto de concessão rodoviária do Lote 7 – Ouro Preto, consubstanciadas nos estudos, nos projetos executivos, no valor das tarifas de pedágio e

na memória de cálculo para o estabelecimento do valor de R\$5.000.000.000,00, especificando-se os investimentos no valor de R\$2.100.000.000,00, provenientes da repactuação do acordo de Mariana. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.381/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a metodologia de controle e avaliação das concessões rodoviárias no Estado, consubstanciadas no relatório de cumprimento das contrapartidas dessas concessões; e sobre os valores inicial e atual de cada uma das concessões vigentes no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.383/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, ao presidente do Conselho Metropolitano da RMBH e à diretora da Agência Metropolitana da RMBH pedido de informações sobre as reuniões em que foram pautados os debates sobre as concessões rodoviárias do Lote 8 – Vetor Norte, especificando-se se houve alguma deliberação sobre esse tema. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.384/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre o cálculo realizado para definir o custo de manutenção de cada um dos trechos rodoviários que serão concedidos no Lote 8 – Vetor Norte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.385/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a base de dados utilizada na análise do impacto social da implantação da cobrança de pedágios prevista no Lote Rodoviário 8 – Vetor Norte e sobre estudos de impacto relacionados ao acesso à saúde pública da população dos municípios afetados por essa concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.386/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre o valor que será investido pela futura concessionária do Lote 8 do Vetor Norte por trecho rodoviário concedido. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.389/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre o volume de veículos que trafegam em cada ponto onde serão instalados os pórticos de cobrança de pedágio, especificando-se o tipo de veículo, inclusive com o número de eixos, e o cálculo da estimativa do valor diário arrecadado, por praça de pedágio, por ano, nas concessões rodoviárias do Lote Rodoviário 8 – Vetor Norte; e sobre o número de acidentes, segmentados por gravidade, em cada trecho que será concedido no Lote 8 das concessões rodoviárias. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.391/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre o processo de renovação da frota de ônibus do transporte coletivo metropolitano de passageiros de Belo Horizonte, com os detalhamentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.392/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a elaboração do Edital de Concorrência Internacional nº 1/2025 – Lote 8, Vetor Norte, indicando-se se foi realizado estudo de impacto ambiental para os trechos rodoviários relativos aos contornos dos Municípios de Lagoa Santa, Matozinhos e Prudente de Moraes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.393/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre as cobranças no modelo *free flow*, sobre como serão feitas e, em caso de inadimplência do cidadão, sobre a forma como será realizada a cobrança dessa dívida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.428/2025, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre o andamento das obras da LMG-680, que liga os Municípios de Brasilândia de Minas e Paracatu. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.501/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, órgão responsável pela coordenação do Comitê Gestor Pró-Brumadinho, ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral do Estado pedido de informações consubstanciadas em documento de que conste a prestação de contas dos gastos do fundo para contratação de estruturas de apoio, considerando-se o valor de R\$700.000.000,00 previsto no Acordo Judicial para Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens B-I, B-IV e B-IVA da Mina do Córrego do Feijão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.503/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral do Estado pedido de informações sobre as razões do atraso e o cronograma de cumprimento do Anexo 1.1 do Acordo Judicial de Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens B-I, B-IV e B-IVA da Mina do Córrego do Feijão, esclarecendo-se, especialmente, como as assessorias técnicas independentes atuarão na implementação dos projetos de demandas dos atingidos, conforme está previsto em edital e na proposta definitiva da entidade gestora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.505/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral do Estado pedido de informações sobre as razões do atraso e a previsão de cumprimento do assessoramento da população atingida pelo rompimento das barragens da Mina do Córrego do Feijão, no que toca à liquidação integral e coletiva das indenizações por danos individuais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.511/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, órgão responsável pela coordenação do Comitê Gestor Pró-Brumadinho, ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral do Estado pedido de informações sobre o andamento do plano de recuperação ambiental a ser custeado pela Vale S.A., atualmente executado pela empresa Arcadis, esclarecendo-se, especialmente, quais foram as ações e etapas cumpridas, bem como as medidas adotadas para assegurar a transparência e a participação social. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.513/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, ao procurador-geral de justiça do Estado, à defensora pública-geral do Estado, ao secretário de Estado de Saúde e à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a contratação de uma nova entidade para a execução das fases subsequentes (II, III e IV) dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico – ERSHRE –, relativos aos atingidos pelo rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, esclarecendo-se quais os efeitos ou prejuízos gerados por tal decisão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.515/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral do Estado pedido de informações

sobre o Programa de Transferência de Renda – PTR –, destinado aos moradores das cinco regiões na Bacia do Rio Paraopeba atingidas pelo rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, especificando-se o número de pessoas cujo pedido de inclusão no programa foi reprovado e o número de cadastros que ainda está em apreciação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.646/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a assistência prestada pelo Hospital Maria Amélia Lins – Hmal –, em Belo Horizonte, com os esclarecimentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.649/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a ocorrência de transporte de pacientes, por meio da utilização de serviços de Uber e até mesmo em carros particulares de gestores, do Hospital Maria Amélia Lins para o Hospital João XXIII, como forma de compelir os usuários a serem transferidos, contra a vontade, da primeira para a segunda unidade, nos termos relatados à comissão durante visita técnica a ambos os estabelecimentos de saúde, em 17/3/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.855/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre a existência de protocolo de atuação para o tratamento e a abordagem da população em situação de rua no Estado, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.275/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao procurador-geral de justiça pedido de informações consubstanciadas em estudos sobre o rebaixamento do lençol freático nas imediações da terra indígena de Carmésia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.291/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado ao delegado regional da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Rurais – Derc – em Guaxupé pedido de informações sobre as ações de patrulhamento realizadas na zona rural desse município, bem como sobre as demais medidas de proteção adotadas em favor dos produtores rurais do referido município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.292/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado ao delegado-geral de polícia do 18º Departamento de Polícia Civil, em Poços de Caldas, pedido de informações sobre as ações de patrulhamento realizadas na zona rural do Município de Boa Esperança, bem como sobre as demais medidas de proteção adotadas localmente em favor dos produtores rurais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.055/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações acerca das medidas que estão sendo adotadas para mitigar as emissões de poluentes na atmosfera, os ruídos e as vibrações decorrentes da movimentação de máquinas e equipamentos no sistema minerário da Vale S.A. no Município de Itabira. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.215/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas nos estudos de impacto econômico, fiscal e social da federalização ou privatização da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, sobretudo quanto à renúncia de receitas provenientes de dividendos, à redução de capacidade de investimento público, ao impacto no

emprego e na renda dos trabalhadores dessas empresas e à perda de controle estadual sobre setores estratégicos para a economia do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.216/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas nos estudos de projeção de pagamento da dívida por meio do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag – nas três condições em que os juros seriam zero. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.336/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações realizadas nos últimos anos, na rede estadual de ensino, relacionadas à educação para um trânsito mais seguro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.407/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a execução das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti – no Estado e das ações de apoio técnico e financeiro aos municípios pela secretaria de que é titular para o aprimoramento do acompanhamento realizado pelos serviços de assistência social às famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.409/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os valores investidos nas políticas públicas de proteção e de atendimento da criança e do adolescente, especificando-se os programas, as ações, os valores orçados e as despesas do orçamento de 2025 do Estado relativos a essa área de atuação, inclusive do Fundo para Infância e Adolescência – FIA. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.422/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre os critérios para o dimensionamento e a lotação das equipes nos Hospitais João XXIII e Maria Amélia Lins, detalhando-se esses dados por área, de forma individualizada, e por especialidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.423/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre o número de amputações e o número de óbitos nos Hospitais João XXIII e Maria Amélia Lins, nos últimos 12 meses, detalhando-se esses quantitativos mês a mês, em cada unidade, nos termos demandados à comissão durante audiência pública realizada em 16/6/2025, com a finalidade de debater as violações de direitos humanos dos trabalhadores e da população que utiliza os serviços públicos de saúde desses hospitais, em razão da precarização dos serviços. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.579/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre a implementação das ações previstas no termo de ajustamento de conduta celebrado em 2023 entre o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e a Prefeitura Municipal de Manhuaçu, cujo objeto é a eliminação do lixo desse município, a organização da coleta reciclável, com a inclusão social dos catadores, e a destinação adequada dos resíduos e cujas etapas e cronograma físico-financeiro já se encontram vencidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.580/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações consubstanciadas em cópias do Plano de Resíduos Sólidos do Município de Manhuaçu, do processo de licenciamento da ampliação do aterro sanitário desse município e do estudo de impacto ambiental dessa ampliação, explicitando-se esse impacto sobre a Comunidade do Barreiro, na zona rural do município, habitada há

mais de 100 anos, com nascentes mapeadas, cujas imagens estão registradas em fotos e vídeos apresentados durante a 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 30/6/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.602/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre as interfaces entre as concessionárias MRS Logística e Ferrovia Centro-Atlântica que estão dificultando a implantação da linha dupla entre as Estações Ferrugem e Barreiro, da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, detalhando-se cada um dos impedimentos alegados pelas referidas concessionárias para viabilização do empreendimento estipulado no contrato entre o governo do Estado e a Metrô BH. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.606/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações consubstanciadas em informes de rendimentos financeiros da conta vinculada destinada à implantação da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, desde a data do depósito inicial de R\$2.800.000.000,00 pelo governo federal até 30/6/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.607/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações consubstanciadas em cópias das atas e dos estudos e relatórios decorrentes das reuniões com a MRS Logística referentes à implantação da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, especialmente da linha singela. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.048/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o quantitativo de policiais penais em atuação no Presídio Inspetor José Martinho Drumond, esclarecendo-se se esse quantitativo é suficiente para a prestação dos serviços com qualidade e especificando-se quantos desses policiais penais estão desviados de sua função precípua para a atuação em setores administrativos da unidade, com prejuízos à atividade-fim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.065/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações sobre as condições ambientais de trabalho do setor de radiologia dessa instituição, consubstanciadas no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.068/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações sobre o cumprimento da Lei Federal nº 7.394, de 29/10/1985, que regulamenta o exercício da profissão de técnico em radiologia, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 151-DF, especialmente sobre a jornada de trabalho dos técnicos em radiologia vinculados à instituição e o pagamento do piso salarial e adicionais de risco de vida e de insalubridade a esses profissionais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.120/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre crimes sexuais contra menores ocorridos em 2024 no Estado, contendo os dados que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.291/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de estudo e a previsão de inclusão, no teste do pezinho ampliado, do exame creatina quinase – CK –, para a detecção da distrofia muscular de Duchenne – DMD. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.294/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de grupo de trabalho para a elaboração de um protocolo estadual de tratamento da

distrofia muscular de Duchenne – DMD – e sobre a previsão de implementação desse protocolo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.788/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o modelo de parceria público-privada que a secretaria de que é titular planeja implementar em 112 escolas estaduais, conforme relatado pelo secretário em reunião do Assembleia Fiscaliza realizada em 5/6/2025, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 13.789/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o programa Trilhas de Futuro Educadores, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.790/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as iniciativas realizadas no âmbito da Ação 1033 – Modalidades e Temáticas Especiais – e da Ação 2116 – Projeto Saúde na Escola –, ambas integrantes do Programa 167 – Programa Estadual de Desenvolvimento da Educação Básica –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2025-2027, voltadas à ampliação dos núcleos de acolhimento educacional – NAEs. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

#### **2ª Fase**

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

#### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/10/2025**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 938/2023, do deputado Gustavo Valadares; 2.223/2024, do deputado Ulysses Gomes; 3.183/2024, do deputado Lucas Lasmar; 3.208/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.640/2025, do deputado Duarte Bechir; 3.830 e 3.831/2025, do deputado Enes Cândido; 4.179/2025, do deputado Gustavo Santana; 4.225/2025, do deputado Celinho Sintrocel; 4.239/2025, do deputado Gil Pereira; 4.256/2025, do deputado Doutor Paulo; 4.260 e 4.262/2025, do deputado Grego da Fundação; 4.265/2025, do deputado Lincoln Drumond; 4.336/2025, do deputado Grego da Fundação; e 4.352/2025, da deputada Maria Clara Marra.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.825/2022, do deputado Charles Santos; 186/2023, do deputado Cristiano Silveira; 2.919/2024, da deputada Maria Clara Marra; 3.020 e 3.072/2024, do deputado Gil Pereira; 3.706/2025, do deputado Ulysses Gomes; 3.966/2025, do deputado Doutor Wilson Batista; 4.043/2025, do deputado Duarte Bechir; 4.156/2025, do deputado Professor Wendel Mesquita; 4.277/2025, do deputado Adriano Alvarenga; 4.304/2025, do deputado Cristiano Silveira; 4.327/2025, da deputada Nayara

Rocha; 4.359/2025, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.369/2025, do deputado Tadeu Leite; 4.373/2025, do deputado Roberto Andrade; 4.045/2025, do deputado Duarte Bechir; e 4.455/2025, do deputado Zé Guilherme.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 14/10/2025**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Realização de audiência pública destinada a debater, com representantes da Refinaria Gabriel Passos – Regap –, o cronograma de atividades e estágio atual do Projeto Aquasmart, bem como os prazos previstos para a implementação das ações desse projeto, conduzido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 14/10/2025**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 14/10/2025**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 14/10/2025**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.420/2021, do deputado Sargento Rodrigues; 1.512/2023, do deputado Eduardo Azevedo; e 3.085/2024, dos deputados Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes e Roberto Andrade.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.487/2024, da deputada Maria Clara Marra; e 3.477/2025, da deputada Chiara Biondini.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 14/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2025, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 4.330/2025, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/10/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cintia Pereira de Rezende, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

exonerando Davi Filipe Ferreira Soares, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

exonerando Laís de Cássia Cardoso, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

nomeando Aimée Del Vechio Marçal Horta, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Davi Filipe Ferreira Soares, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Douglas Isaias Cardoso, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

nomeando João Pedro Oliveira Antunes, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Raricelli Faliane Rabelo, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Nayara Rocha.

**ASSEMBLEIA CULTURAL****PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – TEATRO****HABILITAÇÃO DE CANDIDATO EXCEDENTE**

A Comissão Organizadora do Edital de Chamamento Público nº 3/2025, instituída pela Portaria DGE nº 14, de 12/3/2025, comunica a habilitação da candidata classificada em 3º lugar na modalidade II – Teatro – Espetáculo Adulto, Joselma Luquini Chaves, Protocolo nº 118165.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2025.

Comissão Organizadora

**ERRATAS****ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/6/2025**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/7/2025, na pág. 98, onde se lê:

“Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Thiago Cota, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno”, leia-se:

“Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Thiago Cota, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, no 1º turno”.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.631/2024****Comissão de Constituição e Justiça**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/10/2025, na pág. 61, no fecho, onde se lê:

“Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola, relator – Maria Clara Marra – Thiago Cota – Doutor Jean Freire – Lincoln Drumond”, leia-se:

“Doorgal Andrada, presidente – Maria Clara Marra, relatora – Zé Laviola – Thiago Cota – Doutor Jean Freire – Lincoln Drumond.”.